

Introdução

Do ponto de vista da história da filosofia há muitos aspectos bem instigantes a respeito da recepção e interpretação da filosofia de David Hume. Sempre que se fala em seu pensamento inúmeras questões vêm à tona, como sobre a identidade pessoal, o conhecimento do mundo exterior, alcance e limites das ciências, etc. Especificamente, os problemas que recebem maior atenção dizem respeito à sua teoria do conhecimento, em que suas considerações *negativas* sobre a razão e seu alcance são destacadas. Mais precisamente falando, grande parte da atenção que Hume recebe se relaciona aos resultados negativos de sua crítica à forma como estabelecemos e cremos em raciocínios acerca de questões de fato, nosso conhecimento factual.

É precisamente neste contexto que se insere este trabalho: na discussão de como tem sido interpretada a crítica de Hume sobre nossos raciocínios factuais. Como se sabe, o resultado da crítica de Hume é que, sem ajuda da experiência, nossa razão falha no estabelecimento das mais básicas afirmações a respeito de nosso conhecimento factual. Uma vez afastada a possibilidade da razão atuar no fornecimento de *evidência* sobre questões de fato, ou conhecimento factual, a consequência é que estas questões somente poderiam receber *crença*, nunca *certeza* e *evidência*. Esta crença é resultado de uma espécie de instinto natural cuja função é facilitar nossa sobrevivência no mundo, sendo que nossos juízos empíricos são atos psicológicos e que não envolvem processos lógicos.

A crença, então, está reduzida a um mero fruto da atividade da imaginação atuando na transferência de vivacidade de uma impressão para uma idéia. Nossos conhecimentos acerca da realidade somente podem receber crença irracional, nunca crença racional – baseada em evidência e certeza, ou, necessidade lógica. Mas, uma dificuldade que surge é que o método, ou o tipo de raciocínio, considerado adequado para nossas descobertas científicas é o método ou raciocínio indutivo. E o método indutivo é considerado minado pela crítica de David Hume.

Segundo a interpretação corrente, Hume é o responsável por mostrar que nossa razão não é capaz de justificar nenhum de nossos raciocínios indutivos. Muitas têm sido as tentativas de dissolver ou resolver este dilema acerca da indução, e muitos pensadores renomados se ocuparam dele, como Carnap, Keynes, Popper, Reinchenbach, Goodman e muitos outros. Porém, nenhum deles pode oferecer uma saída mais ou menos consensual para o problema. Karl Popper chegou a afirmar que o problema da indução e as várias dificuldades inerentes a esta doutrina são insuperáveis (POPPER, 1975: p. 265).

O problema da indução também se caracteriza por ser um problema acerca da racionalidade da ciência, pois se seu método principal, a indução, não pode receber suporte racional, parece lícito afirmar que o resultado de uma inferência indutiva é irracional. Ao menos é isto que pensam autores como Popper, Will ou Kneale¹:

“O que nos choca é a declaração feita por Hume de que a indução não pode ser mais que uma associação de idéias sem justificação racional.”

Willian Kneale

“[Hume tinha] uma crença em uma epistemologia irracionalista...”

Karl Popper

“Nós temos que concordar que não há qualquer razão para acreditar em qualquer destas inferências [indutivas]; elas são todas uma questão de... ‘crença animal’.”

F. L. Will

Mesmo a despeito do movimento causado pelo “problema da indução”, uma coisa nos parece estar bem clara: a posição de Hume em relação às inferências indutivas está longe de poder ser considerada como uma destruidora crítica. Muitos são os aspectos em que Hume, apesar do fato de nem sequer mencionar esta tal crítica ou mesmo a palavra indução de forma explícita, está claramente fazendo uso de raciocínios indutivos em sua filosofia. Um destes momentos, como

¹ Citados por: BEAUCHAMP & MAPPES, 1995: p. 74.

já havia observado Thomas Reid², é no estabelecimento de seu *Princípio da Cópia* (todas as nossas idéias são copiadas de nossas impressões), princípio sobre o qual é realizada a investigação mais importante do Livro 1 do *Tratado da natureza humana*, a saber, sobre a busca da *origem* de nossa idéia de conexão necessária (causa).

Mais precisamente, merece destaque a forma como Thomas Reid considera o pensamento humeano. Reid escreveu que Hume chega a sua conclusão acerca do princípio da cópia, ou seja, sobre a origem de nossas idéias, por meio de uma *grande inferência indutiva* (REID, 1978: p.26). Ora, nada mais simples e correto do que esperar que Hume tivesse reagido de forma bastante enérgica a uma tal afirmação, uma vez que a interpretação corrente considera bastante claro que no *Tratado*, e também na *Investigação*, Hume havia mostrado que não podemos justificar nem mesmo a mais básica das inferências indutivas. Assim, um importante princípio de sua filosofia estaria assentado sobre bases que ele mesmo faz “desmoronar”.

Mas, até onde sabemos, Hume não esboçou qualquer reação quanto a esta declaração nem fez qualquer ressalva sobre esta afirmação, uma vez que ele leu os próprios manuscritos da obra “*An Inquiry into the human mind on the principles of common sense*” de Reid e seguramente podemos pensar que Hume não deixaria que um erro tão grosseiro na sua interpretação se perpetuasse³. Embora pareça uma conclusão apressada, estamos estimulados a pensar que ainda há muito a ser compreendido acerca da filosofia de Hume e seus resultados relevantes para a crítica do conhecimento científico. Seria apressado aceitar, sobretudo acerca da indução, as opiniões que correntemente encontramos acerca de suas críticas e que tomam Hume como o primeiro a perceber os problemas inerentes aos raciocínios indutivos.

² Reid foi um filósofo contemporâneo e admirador de Hume, além de um feroz crítico do empirismo britânico. Em 1763 tornou-se professor de filosofia moral em Glasgow, ocupando a cadeira que pertenceu a Adam Smith.

³ Informações extraídas da seguinte URL:

<http://www.jrn.columbia.edu/studentwork/coveringideas/reid.asp> (acesso em 18/1/2004).

Apesar da forte e decisiva importância de Hume para o pensamento de Kant, sobretudo a respeito da idéia de causalidade, os aspectos referentes às inferências causais humeanas e suas relações com a lógica indutiva receberam pouca atenção durante os séculos dezoito e dezenove. Estas implicações humeanas com a lógica também teriam passado despercebidas no século vinte não fosse a descoberta da assim chamada *crítica ao princípio da indução*. Como sabemos, o pensamento de Hume e suas críticas à aquisição do conhecimento factual se tornaram relevantes com o movimento filosófico chamado “Positivismo Lógico” e sua aspiração de fundar o conhecimento da realidade em bases totalmente empíricas. Neste sistema filosófico assume especial importância um critério de justificação para nossas proposições empíricas, que é a experiência, e se uma proposição factual não puder ser confirmada por meio da experiência é porque pertence ao campo da linguagem ou da matemática, ou é falsa. Um critério para se declarar *provada* uma proposição empírica é exigido, e este critério é um princípio da indução. A busca por uma forma aceitável de justificação empírica para um tal princípio da indução esbarra na crítica de Hume.

Assim, a descoberta deste “esqueleto no armário” da lógica indutiva transforma as idéias de Hume sobre o assunto em um “grande escândalo” da filosofia⁴. Mas, segundo Stove, esta pretensa crítica ao *princípio indutivo* é um “*episódio inteiramente imaginário na história da filosofia*” (STOVE, 1995: p. 29). Resumindo grosseiramente, este escândalo é provocado porque Hume teria mostrado que nenhum conhecimento obtido por meio da experiência pode alcançar o grau de necessidade lógica (onde uma premissa implica logicamente a conclusão) que caracteriza os raciocínios acerca dos objetos matemáticos, como na demonstração, e que são tradicionalmente considerados o modelo de racionalidade desde a antiguidade clássica. Por consequência, nenhum conhecimento sobre questões de fato é racional, ou racionalmente justificado.

Como consequência desta falta de implicação, ou de necessidade lógica entre os objetos da experiência sensível, estamos impossibilitados de realizar

⁴ Estas figuras de linguagem pertencem a C. D. Broad (*Ethics e History of Philosophy*, citado por F. Zabeeh, 1995: p. 69 – nota).

universalizações que levem à previsões dedutivas acerca da natureza. Esta constatação nos leva ao seguinte questionamento: o fato de não podermos realizar previsões dedutivas abala de alguma maneira a construção de um conhecimento válido? Uma resposta mais imediata é não, pois o próprio Hume nos afirma que “*a única utilidade imediata para todas as ciências é nos ensinar a maneira de controlar e regular os acontecimentos futuros por meio de suas causas*” (*Investigação sobre o entendimento humano*, p.76)⁵.

Desta forma, Hume ressalta o importante papel que a *predição de eventos* possui nas ciências naturais e, portanto, na produção de conhecimento.⁶ Devemos notar que mesmo tendo como resultado de suas investigações o fato de que não podemos obter conhecimento universal e necessário acerca das questões de fato, Hume mantém de certa forma intacta a função da predição nas ciências naturais, conforme indica a passagem citada acima.

É justamente neste contexto epistemológico que se estabelecem as linhas orientadoras deste trabalho. E uma vez tendo observado que surgem muitos problemas acerca da interpretação da filosofia humeana, e como a forma geral como alguns de seus princípios são considerados por comentadores causa uma certa estranheza, por parecerem conflitantes e até contraditórios, torna-se necessária uma análise um pouco mais cuidadosa a respeito destes aspectos relacionados à forma como conhecemos a realidade, quais relações podemos estabelecer, ou descobrir, entre os diversos fenômenos de nossa experiência e que graus de racionalidade, se há algum, estas relações podem alcançar.

Também deve receber atenção o fato de que Hume não discute suas idéias sobre epistemologia em termos lógicos, como o fazem nossos filósofos da ciência e lógicos contemporâneos. Sendo assim, fica difícil identificar nos textos de Hume a exata correspondência entre suas idéias e a forma como elas se relacionam com as dificuldades da lógica indutiva evidenciadas desde o início do século XX.

⁵ *An Enquiry concerning a human understand* (a partir daqui, sempre citaremos esta obra apenas como *Investigação*, seguida do respectivo parágrafo).

⁶ Aqui vale ressaltar que no contexto humeano esta exigência de previsibilidade da ciência não significa previsões dedutivas.

Sobretudo, nosso trabalho se foca na relação entre o que Hume caracteriza, exaustivamente, como seu *raciocínio causal*, ou inferência causal, ou raciocínio probabilístico, e o que comumente é identificado como raciocínio indutivo. A totalidade dos comentadores de Hume afirma que seu raciocínio causal é o *raciocínio indutivo*. Nossa hipótese de leitura não considera de imediato esta correlação e parte de nosso trabalho se concentra em caracterizar estes raciocínios e evidenciar suas diferenças. Se nossa linha de raciocínio está correta, o resultado é que existem diferenças essenciais entre estes dois tipos de raciocínio, o que descaracteriza a vinculação da crítica humeana com o problema da indução.

Nosso objetivo é, então, traçar as características exatas do raciocínio causal de Hume e confrontá-las com a forma tradicional de leitura presente em alguns de seus principais comentadores. Ao final de nossas análises, apresentaremos uma forma de interpretação da origem do princípio da cópia como um exemplo de uso de um raciocínio indutivo por parte de Hume, diferentemente da forma clássica, em que se considera que este princípio é estabelecido por meio de inferências causais.

Para o encaminhamento de nossas discussões, dividimos assim a sequência de nosso texto:

Capítulo 1: Neste capítulo, dividido em duas partes, apresentaremos o problema da indução e a forma como ele é vinculado ao pensamento de Hume. A seguir, trataremos de caracterizar o raciocínio causal de Hume, mostrando sua concepção de raciocínios causais e o surgimento da crença em questões de fatos de acordo com seu *Tratado da natureza humana*.

Capítulo 2: Neste capítulo, dividido em três partes, vamos dedicar um pouco de atenção à forma como muitos especialistas, em Hume ou em indução, interpretam a crítica de Hume, suas conclusões e a comum vinculação de suas declarações acerca do ceticismo em relação ao papel da razão nos raciocínios causais e a indução. Algumas questões são apontadas para direcionar nossa discussão: Será que esta relação é assim tão explícita?

Há nos textos de Hume elementos capazes de indicar suas intenções a este respeito, embora não tenha se referido a isto diretamente? A identificação entre raciocínio causal e indução já era clara à época de Hume? Por que Hume não faz uso da palavra indução ao expor sua tão “engenhosa” *crítica à causação*? Respostas a estas perguntas parecem ser necessárias para que se possa compreender com mais exatidão quais são realmente as contribuições que Hume nos legou para a história da filosofia e o que eventualmente foi “enxertado” em seu pensamento por outros filósofos posteriores. Para discutir estas questões e buscar esclarecer possíveis respostas a elas, tomamos como ponto de partida os comentadores Beauchamp e Mappes, André Lalande e Mackie.

Na primeira parte apresentamos um estudo da crítica à indução freqüentemente atribuída a Hume; usamos para isso a síntese do problema da indução apresentada por Beauchamp e Mappes. Na segunda parte apresentamos o balanço da causação realizado por Mackie, mostrando que sua idéia de necessidade reformulada para resistir às críticas humeanas pode oferecer novos parâmetros para pensarmos a racionalidade das inferências causais. Na terceira parte mostraremos o que há de marcadamente errôneo na vinculação entre raciocínio causal humeano e raciocínio indutivo; enfatizaremos que a distinção feita por Hume é entre raciocínio factual e raciocínio demonstrativo apenas, não entre demonstração e indução.

Capítulo 3: Com o intuito de concluir a discussão acerca das relações entre racionalidade, crença, indução e raciocínio causal, este capítulo está orientado por três questões. Primeiro, é preciso discutir se Hume tem em mente ou não inferências indutivas quando trata de seu raciocínio causal. Segundo, saber se para Hume a única opção de racionalidade está mesmo na razão pura (*a priori*) e se há alguma possibilidade de racionalidade para inferências causais. Terceiro, saber se há mesmo o uso de inferências indutivas nos textos de Hume e se este uso teria validade em seu sistema

experimental. As respostas são discutidas nas três partes que subdividem o capítulo: *Hume, racionalismo, racionalidade e crença*, *Raciocínio causal como indução* e *Princípio da Cópia como uma grande indução*.

Na conclusão apresentamos um breve apanhado das discussões presentes no texto para formar nosso balanço da investigação das relações entre indução e raciocínio causal nos textos de Hume.